

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Acórdão: 5.614/22/CE Rito: Ordinário  
PTA/AI: 01.001855239-76  
Recurso de Revisão: 40.060154230-39  
Recorrente: Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A  
IE: 572740544.03-40  
Recorrido: Fazenda Pública Estadual  
Coobrigados: Alberto Carvalho Vieira Júnior  
CPF: 875.284.366-15  
Aldo Aparecido de Souza Júnior  
CPF: 264.544.068-14  
Ana Cristina Sanches Noronha  
CPF: 034.739.946-00  
Arthur Dominique Liacre  
CPF: 233.131.878-62  
Carlos Alberto Hilario de Andrade  
CPF: 881.219.767-15  
Dirk Renier Swart  
CPF: 236.867.478-04  
Luiz Felipe Ferreira Calfa  
CPF: 082.217.057-48  
Rodrigo Alvarenga Vilela  
CPF: 704.587.586-04  
Ruben Marcus Fernandes  
CPF: 769.976.346-72  
Thavashan Perumal  
CPF: 061.266.997-18  
Proc. S. Passivo: JOÃO MANOEL MARTINS VIEIRA ROLLA/Outro(s)  
Origem: DF/Juiz de Fora - 1

***EMENTA***

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - ADMINISTRADOR - CORRETA A ELEIÇÃO. Os Coobrigados são responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou**

infração de lei, contrato ou estatuto, nos termos do art. 135, inciso III, do CTN c/c art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75. Mantida a decisão recorrida.

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – ADMINISTRADOR - ELEIÇÃO ERRÔNEA.** Exclusão do polo passivo da obrigação tributária dos administradores que não mais exerciam cargos de direção à época da ocorrência dos fatos apurados pelo Fisco. Matéria não objeto de recurso.

**MERCADORIA – ENTRADA DESACOBERTADA – ENERGIA ELÉTRICA – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.** Constatou-se, mediante levantamento quantitativo, entrada de mercadoria (energia elétrica) desacobertada de documento fiscal. Irregularidade apurada por meio de procedimento idôneo, previsto no art. 194, inciso II, do RICMS/02. Infração caracterizada. Corretas as exigências de ICMS, Multa de Revalidação do art. 56, inciso II e Multa Isolada do art. 55, inciso II, ambas da Lei nº 6.763/75, essa última limitada nos termos do § 2º, inciso I, do mesmo dispositivo legal. Mantida a decisão recorrida.

Recurso de Revisão conhecido à unanimidade e não provido pelo voto de qualidade.

---

### **RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a constatação, mediante levantamento quantitativo de mercadorias, de que a Autuada deu entrada em energia elétrica desacobertada de documento fiscal no mês de novembro de 2016, tendo em vista que as notas fiscais de entrada existentes no período não acobertam toda a energia elétrica adquirida pelo estabelecimento em contratos bilaterais.

Exigências de ICMS, Multa de Revalidação do art. 56, inciso II e Multa Isolada do art. 55, inciso II, ambos da Lei nº 6.763/75, essa última limitada conforme o § 2º, inciso I, do mesmo dispositivo legal.

Os diretores da Autuada ao tempo das infrações foram incluídos como Coobrigados pelo crédito tributário, nos termos do art. 135, inciso III, do CTN c/c art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75.

A 3ª Câmara de Julgamento, em decisão consubstanciada no Acórdão nº 24.199/22/3ª, julgou parcialmente procedente o lançamento para excluir os Coobrigados que não constavam como sócios-administradores da empresa à época dos fatos. Vencidos, em parte, os Conselheiros Thiago Álvares Feital (Relator) e Freitrich Augusto Ribeiro Heidenreich, que o julgavam parcialmente procedente, para excluir todos os Coobrigados. Designado relator o Conselheiro Paulo Levy Nassif (Revisor). Pela Impugnante, sustentou oralmente o Dr. João Manoel Martins Vieira Rolla e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Bruno Rodrigues de Faria.

Inconformada, a Contribuinte interpõe, tempestivamente e por seu procurador regularmente constituído, o Recurso de Revisão de págs. 476/497, requerendo, ao final, seu conhecimento e provimento.

---

### **DECISÃO**

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Superadas as condições de admissibilidade capituladas no art. 163, inciso I do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08, uma vez que a decisão recorrida foi tomada pelo voto de qualidade, é cabível o presente Recurso de Revisão.

Cumprido de início ressaltar que, nos termos do art. 168 do RPTA, o Recurso de Revisão admitido devolve à Câmara Especial o conhecimento da matéria nele versada.

Analisando-se o mérito do presente Recurso de Revisão e considerando-se que os fundamentos utilizados pela 3ª Câmara de Julgamento foram também adotados na presente decisão, ficam ratificados, na íntegra, os termos constantes do Acórdão nº 24.199/22/3ª, conforme autoriza o art. 79 do Regimento Interno do CCMG, aprovado pelo Decreto nº 48.361/22.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em conhecer do Recurso de Revisão. No mérito, pelo voto de qualidade, em lhe negar provimento. Vencidos os Conselheiros André Barros de Moura (Relator), Freitrich Augusto Ribeiro Heidenreich e Thiago Álvares Feital, que lhe davam provimento parcial para excluir todos os sócios, nos termos do voto vencido. Designada relatora a Conselheira Ivana Maria de Almeida. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Bruno Rodrigues de Faria. Participou do julgamento, além dos signatários e dos Conselheiros vencidos, a Conselheira Cindy Andrade Moraes.

**Sala das Sessões, 16 de setembro de 2022.**

**Ivana Maria de Almeida**  
**Relatora designada**

**Geraldo da Silva Datas**  
**Presidente / Revisor**